



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **CARUARU - 5ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0288276-4**
EMBARGANTE: **SABEMI SEGURADORA S/A**
EMBARGADO: **JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO APENAS. HIPÓTESES DO ART. 535, DO CPC, NÃO CONFIGURADAS. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1 - Aclaratórios opostos com o escopo de prequestionar dispositivos legais, a fim de viabilizar a possível interposição de recursos aos Tribunais Superiores.
- 2 - O fato do julgador não explicitar os dispositivos legais trazidos pela parte não caracteriza qualquer omissão no julgado.
- 3 - Não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, assim como a consignação expressa dos dispositivos legais trazidos, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente da demanda.
- 4 - Matéria devidamente fundamentada no recurso anterior aos Embargos de Declaração.
- 5 - Não restaram configuradas as hipóteses previstas nos incisos I e II, do Art. 535, do CPC.
- 6 - O prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.
- 7 - Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do art. 535 do CPC, o que não é o caso.
- 8 - Embargos Rejeitados. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração de nº **0288276-4**, em que figuram como partes como Embargante a **SABEMI SEGURADORA S/A** e como Embargado **JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29-05-2014.


DES. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

214
R

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **CARUARU – 5ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0288276-4**
EMBARGANTE: **SABEMI SEGURADORA S/A**
EMBARGADO: **JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

A Sabemi, ora Embargante, ingressou com os presentes Aclaratórios em face de acórdão prolatado por esta Câmara no julgamento do Recurso de Agravo, que, à unanimidade de votos, teve negado seu provimento, mantendo a decisão terminativa proferida no julgamento da Apelação.

O Embargante alega que existiriam alguns artigos citados expressamente no transcurso da causa que não teriam sido enfrentados na decisão embargada.

Objetiva, portanto, tão somente prequestionar os Arts. 14, §3º, II, do Código de Defesa do Consumidor e 368, do Código de Processo Civil, a fim de viabilizar possíveis recursos a Tribunais Superiores, nos termos das Súmulas nºs. 356, 283 e 282, do STF.

É o relatório.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 29.05.2014.


DES. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **CARUARU – 5ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0288276-4**
EMBARGANTE: **SABEMI SEGURADORA S/A**
EMBARGADO: **JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

Os presentes Aclaratórios foram intentados com o escopo de prequestionar dispositivos legais que tratariam da matéria em questão.

Analisando os autos, insta destacar que o acórdão trata, claramente, acerca da reparação por danos morais e repetição de indébito correspondente a valores descontados indevidamente da folha de pagamento do Embargado, por contrato de empréstimo não reconhecido por este.

Ora, o julgador, ao apreciar a questão trazida a cotejo judicial, não responde argumento, eis que sua obrigação funcional, na realidade, é julgar a causa resolvendo o litígio. Não há, pois, qualquer exigência de que deva existir resposta de "ponto por ponto" alegado pela parte, tampouco que devam estar consignados no julgado, expressamente, todos os dispositivos legais trazidos no decorrer do feito.

Desse modo, desnecessário discorrer a respeito de toda a legislação levantada pelo Embargante, quando da fundamentação restam evidentes as razões que embasaram o julgamento.

Como já consolidado pela jurisprudência, não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados no decorrer do processo, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente da demanda, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES.(ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE.) 1. Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Precedentes.3. [...]. (EDcl no REsp 947.953/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Jul. em 23/11/2010, DJe 02/12/2010, sem grifos no original).

Assim sendo, por não preencherem os requisitos estabelecidos nos incisos I e II do Art. 535 do Estatuto dos Ritos, entendo que os presentes Aclaratórios devem ser rejeitados.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do Art. 535 do CPC. Nesse sentido, colaciono abaixo o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAR MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535 do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material. 2. Na espécie, ausente vício no acórdão a ensejar o acolhimento do recurso integrativo, uma vez que a pretensão da empresa embargante é tão somente, na via eleita, obter a manifestação deste Tribunal sobre preceito constitucional, para fins de prequestionamento. 3. **O acolhimento de embargos declaratórios, até mesmo para fins de prequestionamento, impõe a presença de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC. Dessarte, tendo em vista a não configuração de nenhum deles, na conformidade da manifestação supra, a rejeição do presente recurso integrativo é mister.** [...]. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 1165908/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, Jul. em 24/11/2009, DJe 01/12/2009, sem grifos no original).

O prequestionamento, portanto, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

Por todo o exposto, **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração, mantendo, em todos os seus termos o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 29.05.2014


DES. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -